

## **Dinâmicas mercantis: Gervásio Pereira Alvim no comércio entre a Província de Minas Gerais e a Corte do Rio de Janeiro (c.1850 -1880)**

Paula Chaves Teixeira - UFF

Mestre em História, Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense.

Bolsista ICAM-USIMINAS, 2008.

E-mail: [paulinhact@yahoo.com.br](mailto:paulinhact@yahoo.com.br)

O artigo pretende analisar as trocas mercantis realizadas entre praças geograficamente distantes, dando ênfase para a dinâmica das relações estabelecidas entre a província de Minas e a Corte, os negócios entre mineiros e cariocas, na segunda metade do século XIX. Para tanto, serão trabalhadas as correspondências do fazendeiro Gervásio Pereira Alvim com negociantes situados no Rio de Janeiro e São João del Rei.

### **Introdução**

Em 1808, com a chegada da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, houve uma grande transformação social, política e econômica da cidade. Do dia para a noite, a capital da colônia se tornou a capital do Império Ultramarino português. A transmigração do aparato burocrático do Estado e as subseqüentes mudanças na ordem administrativa, política e econômica, como a abertura dos portos, a criação da Junta do Comércio, do Banco do Brasil, da Imprensa Régia, entre outros, romperam de forma irreversível os pilares do sistema colonial. A cidade do Rio de Janeiro, nesta mesma época, crescia, tanto em importância, quanto demograficamente. Estima-se que a população da cidade dobrou entre os anos de 1808 e 1821. O impacto imediato da transferência da Corte portuguesa, a vinda de comerciantes portugueses e estrangeiros e o movimento de brasileiros para a cidade foram os responsáveis pelo brusco crescimento.

Para suprir as demandas de abastecimento da Corte, várias regiões do Brasil enviaram produtos para a cidade. De imediato, vários súditos de El Rei remeteram gêneros alimentícios na tentativa de aproximação com a Família Real. Porém, com o crescimento sistemático da cidade, a implementação de políticas para o abastecimento foi necessária.

A presteza demonstrada pelos mineiros, especialmente os da comarca do Rio das Mortes, no abastecimento do Rio de Janeiro, foi agraciada por D. João VI que, além da

melhoria das vias de circulação entre as regiões, gracejou a muitos com sesmarias no Vale do Paraíba, bem como através da cessão de títulos.

Para a comarca do Rio das Mortes o abastecimento da Corte foi uma oportunidade de enriquecimento. A economia da região foi bastante dinamizada no processo e, com o passar dos anos, os contatos entre os fazendeiros mineiros com os comerciantes cariocas foram intensificados. Nem mesmo as disputas políticas do período regencial e início do segundo reinado, culminadas com a Revolução Liberal de 1842, inviabilizaram a entrada e o estabelecimento dos mineiros na praça mercantil do Rio de Janeiro.

Nesse contexto, foi que se formou a rede mercantil de Gervásio Pereira Alvim. Constituída por comerciantes mineiros sediados na Corte, cujas origens se assentam nas fazendas da comarca do Rio das Mortes e no setor abastecedor de outrora, essa rede firmou-se na capital do Império e de lá acionava toda uma teia de relações sociais, políticas e econômicas entre Minas e o Rio de Janeiro para atuar no comércio. A partir da análise das articulações desse grupo mercantil é possível traçar o sistema de funcionamento e dinâmica das relações comerciais entre praças geograficamente distantes, em especial, para o comércio entre Minas e a Corte.

Assim, é objetivo deste artigo apresentar o funcionamento do comércio entre Minas e a Corte através do caso Gervásio Pereira Alvim. O artigo está dividido em três partes. A primeira é uma breve apresentação de Gervásio Pereira Alvim e sua importância como agente histórico. A segunda aborda as cartas trocadas pelos comerciantes e sua importância para o desenvolvimento do comércio. E a terceira tratará o comércio interprovincial e as relações sociais e econômicas empreendidas para sua realização.

## **1. Gervásio Pereira Alvim: a abertura para o oitocentos**

Gervásio Pereira Alvim foi um fazendeiro e comerciante mineiro, morador no interior da comarca do Rio das Mortes, no distrito da Lage, entre os anos de 1827 e 1902. Filho do capitão Gervásio Pereira do Carmo, atravessador de escravos do Rio para Minas na década de 1820, e dona Ana Antônia Umbelina de Paiva, neto paterno do capitão-mor Gervásio Pereira Alvim e dona Francisca Cândida de Resende, filha do inconfidente José de Resende Costa, todos moradores no distrito da Lage, termo da vila de São José. Pelo lado materno, era neto do tenente Francisco Machado de Azevedo e dona Pudenciana Umbelina de Paiva, ricos

fazendeiros e proprietário de escravos da freguesia e curato de Nossa Senhora da Conceição de Carrancas, termo da vila de São João del Rei.

Gervásio Pereira Alvim era membro da elite regional da comarca do Rio das Mortes. Sua família, sediada no distrito da Lage, foi uma das primeiras famílias a ganharem sesmarias na região. O bisavô de Gervásio, o capitão José de Resende Costa, batizado em 13 de junho de 1730 na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Prados, onde nasceu<sup>1</sup>, foi um dos primeiros ocupantes do distrito. Em 1759 José de Resende Costa já casado com dona Ana Alves Preto solicitou uma porção de terras na região dos Campos Gerais, o que foi atendido<sup>2</sup>.

Anos mais tarde, em 1795, o fogo do capitão José de Resende Costa e dona Ana Alves Preto estava na lista do “rol dos Confessados da vila de São José del Rei”. O fogo era o maior domicílio em número de pessoas acima de sete anos, ali moravam 50 pessoas. Nesta época, o capitão estava ausente, punido pela participação da Inconfidência Mineira junto com seu filho, José de Resende Costa, homônimo, e sua esposa encabeçava a posse de 29 escravos<sup>3</sup>. Ali também moravam os avós paternos de Gervásio, o português Gervásio Pereira Alvim e sua esposa dona Francisca Cândida de Resende e sua escravaria.

Na década de 1830, os familiares de Gervásio Pereira Alvim, nosso personagem, destacaram-se como uns dos mais ricos homens do distrito da Lage nas Listas Nominativa de 1831 e 1838<sup>4</sup>. O forte apego a mão-de-obra escrava foi marcante no interior da família. De forma genérica, as posses de cativos dos filhos do casal capitão-mor Gervásio Pereira Alvim e dona Francisca Cândida de Resende podem ser enquadradas como médias, grandes e muito grandes. A título de ilustração, em 1831, o capitão-mor Gervásio tinha 52 escravos na fazenda da Lage<sup>5</sup>. Quando ele faleceu e foi aberto seu inventário, em 1837, a posse de cativos subiu para 63 escravos na Lage e dois na fazenda do Rio dos Bois, no distrito de Passatempo<sup>6</sup>.

Esse padrão de posse também foi encontrado para os familiares maternos de nosso personagem. Moradores em Carrancas, distrito também com alta porcentagem de escravos, o

---

<sup>1</sup> Arquivo Eclesiástico da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del Rei: Livro de Batismo da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Prados (1727-1739), fls. 24.

<sup>2</sup> Revista do Arquivo Público Mineiro: Catálogo de Sesmarias, série: Instrumentos de Pesquisa. Vol. I e II. Belo Horizonte, 1988.

<sup>3</sup> Rol dos Confessados da Vila de São José de 1795, distrito da Lage. Planilha digitalizada por pesquisadores vinculados ao CEDEPLAR/FaCE/UFMG.

<sup>4</sup> TEIXEIRA, Maria Lúcia R. Chaves. **Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes: o distrito da Lage e o quarteirão do Mosquito**. São Paulo: Annablume, 2006.

<sup>5</sup> Lista Nominativa de 1831, distrito da Lage, termo da vila de São José. Planilha digitalizada por pesquisadores vinculados ao CEDEPLAR/FaCE/UFMG.

<sup>6</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei: Inventário *post-mortem* do capitão-mor Gervásio Pereira Alvim, 1837, caixa 11, São José.

casal tenente Francisco Machado de Azevedo e dona Pudenciana Umbelina de Paiva apresentaram em 1831 a posse de 72 escravos<sup>7</sup> e, em 1835, o número subiu para 80<sup>8</sup>.

Já na segunda metade do século, alguns membros do núcleo familiar residentes na Lage ainda sustentavam a posição econômica, política e social. No ano de 1870, no Almanak da Província de Minas Gerais, os tios de Gervásio, o vigário Joaquim Carlos de Resende Alvim e o tenente coronel Francisco de Assis Resende Alvim, junto com outros primos, apareceram listados como os fazendeiros mais importantes do distrito da Lage<sup>9</sup>.

Em meados da década de 1840, Gervásio Pereira Alvim iniciava suas atividades mercantis com a Corte. Porém, o comércio direto com a cidade carioca não era uma novidade para a família. Como já dissemos, o pai de Gervásio, o capitão Gervásio Pereira do Carmo foi um grande atravessador de escravos do Rio para a comarca do Rio das Mortes, província de Minas, na década de 1820. Entre os anos de 1822 e 1830, o capitão trouxe para a região da Lage 167 cativos<sup>10</sup>.

Gervásio Pereira Alvim se tornou figura central neste estudo por ser ele uma porta para o oitocentos. Mais especificamente, porque ele, a partir de seus contatos mercantis firmados na Corte, nos permite estudar pontualmente a formação de uma rede de comércio entre a praça carioca e a comarca do Rio das Mortes e a dinâmica destas relações. Para tanto, recorreremos à documentação privada de Gervásio Pereira Alvim.

A documentação privada do fazendeiro e comerciante mineiro, composta por cartas, contas, notas promissórias e acordos, torna possível adentrar no contexto do Brasil oitocentista e destrinchar uma ampla rede de exercício social, econômico e político em níveis locais e regionais. O acervo pessoal do fazendeiro permite observar as relações comerciais entre praças distantes e, sobretudo, os negócios que envolveram mineiros e cariocas na segunda metade do século XIX. Por meio de seus contatos na Corte, ele deixou um riquíssimo manancial de informações sobre a dinâmica mercantil travada no eixo Rio de Janeiro – São João del Rei – São José – Lage – Carrancas.

---

<sup>7</sup> Lista Nominativa de 1831, distrito da Paróquia da Conceição de Carrancas, termo da vila de São João del Rei. Planilha digitalizada por pesquisadores vinculados ao CEDEPLAR/FaCE/UFMG.

<sup>8</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei: Inventário *post-mortem* de dona Pudenciana Umbelina de Paiva, 1835, caixa 447, Carrancas – São João del Rei.

<sup>9</sup> MARTINS, Antônio de Assis. **Almanak da Província de Minas Gerais, 1870**. Typografia do diário do Rio de Janeiro, 1870.

<sup>10</sup> Arquivo Nacional, Fundo Intendência da Polícia da Corte, códices 411, 419, 421, 424 (CD-ROM – IPEA, Fragoso e Ferreira). Esta consulta ao banco de dados foi realizada por Cristiano Corte Restitutti ao qual agradeço a gentileza. A respeito da circulação de produtos e escravos entre a Corte e Minas, ver: RESTITUTTI, Cristiano Corte. “A circulação entre Rio de Janeiro e o Sul de Minas, c. 1800-1830”. IN: **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu: 2008.

As cartas de Gervásio deixam entrever o processo de sua inserção como membro da elite regional da comarca do Rio das Mortes nas redes de comércio que ligavam Minas e o Rio. Nelas também percebemos o papel desempenhado pela família, que transformada em ativador social e econômico, contribuía para firmar os contatos entre homens sediados em pontos geograficamente distantes em uma economia com características pré-capitalista.

Cada dia mais utilizado nos estudos históricos, a documentação de caráter privado ganha aqui destaque por permitir a reconstrução de elementos da história do Brasil que a documentação oficial e quantitativa não revela. Esta nossa documentação nos permite analisar o homem atuando no seu tempo, construindo a história, seus sucessos e fracassos. Neste sentido, a história de Gervásio e de seus contatos é aqui narrada e analisada com o intuito de lançar luzes sobre o funcionamento e dinâmica do comércio nos últimos anos da escravidão brasileira.

## **2. As cartas**

O sucesso das atividades mercantis entre praças distantes assentava-se na comunicação intensa entre as partes. As informações sobre o mercado, cotação dos produtos, recebimento e encaminhamento de pedidos, vencimento de letras, vendas dos produtos, lucros, entre outras eram vitais para o bom desenvolvimento do comércio. Segundo Fernand Braudel, o acesso às notícias era difícil, corriam lentamente e às vezes se perdia bons negócios e/ou se fazia péssimos arranjos devido ao tempo que as informações chegavam<sup>11</sup>. A troca de correspondência era, então, importante aliado para a troca de informações e para ampliação do raio de atuação dos comerciantes.

Gervásio Pereira Alvim e sua rede de contatos mercantis sediados na Corte e na praça de São João del Rei trocavam bastante cartas, muito embora muitas se perderam, seja pela ação do tempo, seja pela ação do homem. O conteúdo das missivas abordava questões referentes às finanças, cotação dos produtos, pagamentos e pedidos recebidos, além de informações de caráter mais pessoal, como por exemplo, escreviam narrando acertos de casamento, pediam informações dos familiares, noticiavam a respeito dos estados de saúde, falecimento e nascimentos, etc. Enfim, era uma complexidade de assuntos bem característica da realidade social do Brasil imperial.

---

<sup>11</sup> BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV-XVIII: Os jogos das trocas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, pp. 353-382.

**Quadro 1. Cartas e recibos de negociantes para Gervásio Pereira Alvim (1850-1880)**

| Remetente   | Lugar            | Período | Cartas | Recibos |
|---|------------------|---------|--------|---------|
| Francisco Eugênio de Azevedo  | Rio de Janeiro   | 1850-80 | 9      | 4       |
| Eugênio de Azevedo e Cia.   | Rio de Janeiro   | 1877    | 1      | -       |
| José Esteves e Botelho Sobrinho   | Rio de Janeiro   | 1856-60 | 1      | 1       |
| Castro e Azevedo  | Rio de Janeiro   | 1857    | -      | 1       |
| Carlos Joaquim Máximo Pereira   | Rio de Janeiro   | 1856-67 | 2      | 7       |
| José Bernardino e Máximo Pereira  | Rio de Janeiro   | 1852-55 | 2      | 3       |
| Custódio de Almeida Magalhães   | São João del Rei | 1879    | -      | 1       |
| Sabino de Almeida Magalhães   | São João del Rei | 1854-59 | 3      | -       |
| Loureiro Botelho e Castro   | Rio de Janeiro   | 1854-60 | 2      | -       |
| Serzedelo e Machado   | Rio de Janeiro   | 1854    | -      | 1       |
| Manoel Gomes de Castro  | São João del Rei | 1851-63 | 3      | 4       |
| Antônio Gomes de Castro e Irmão   | Rio de Janeiro   | 1857-60 | 1      | 7       |
| Francisco Carlos Machado  | Rio de Janeiro   | 1839-59 | 2      | -       |
| Francisco Carlos de Magalhães   | Rio de Janeiro   | 1860-62 | -      | 4       |
| Salles e Machado  | Rio de Janeiro   | 1855-60 | 2      | 1       |
| Vicente Ferreira de Paiva e Cia.  | Rio de Janeiro   | 1860-64 | 1      | 2       |
| Joaquim Manoel Alves de Araújo  | Rio de Janeiro   | 1852-53 | 2      | -       |
| José Pedro Guimarães  | São João del Rei | 1855    | 1      | -       |
| Guimarães e Gonçalves (sucessores de Campos Leão e Cia.)                            | Rio de Janeiro   | 1860    | -      | 1       |
| Gonçalo José de Sampaio   | Rio de Janeiro   | 1867    | -      | 1       |
| Andrade e Resende (p.p. Pedro José Machado de Azevedo e Francisco Pedro de Azevedo) | Rio de Janeiro   | 1871-74 | -      | 3       |
| Total   |                  |         | 32     | 41      |

Fonte: Documentação Particular de Gervásio Pereira Alvim; Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei: Documentação Particular de Gervásio Pereira Alvim.

No quadro 1, buscamos apresentar as cartas e recibos enviados a Gervásio por membros de sua rede mercantil, todos identificados como negociantes, no período de 1850 a 1880. Como podemos observar a primeira vista é que não possuímos todas as cartas e tampouco todos os recibos firmados entre eles. Mesmo por que acreditamos que muitos acordos foram firmados e resolvidos na oralidade, sem o uso da palavra escrita. Porém, com esta amostra, já é possível trabalhar alguns aspectos do comércio entre a comarca do Rio das Mortes e a Corte do Rio de Janeiro.

O quadro acima pretende ser uma amostra de todos os comerciantes com os quais Gervásio manteve contatos. Aí estão excluídos todos os outros atores cuja ocupação era diferente de comerciante. Por isso, a amostra é de 32 cartas e 41 recibos.

Francisco Eugênio de Azevedo, tio de Gervásio, mineiro de Carrancas, foi quem mais se comunicou com nosso personagem. Eles trocaram cartas por mais de trinta anos. Francisco Eugênio era comerciante de grosso trato na Corte, matriculado no Tribunal do Comércio e sua casa mercantil funcionava à Rua Direita, 147<sup>12</sup>. Cabe ressaltar que o comerciante foi sócio comanditário da casa “Eugênio de Azevedo e Cia.”<sup>13</sup>, junto com seu filho José Eugênio de Azevedo, também comerciante e matriculado no Tribunal do Comércio. Muito provavelmente, a casa “Castro e Azevedo” fosse de algum parente próximo quicá o próprio Francisco Eugênio fosse sócio.

Outros possíveis parentes de Francisco Eugênio que mercavam com Gervásio eram os sócios da casa “José Esteves e Botelho Sobrinho”. Estes situavam-se à Rua Direita, 143<sup>14</sup>. Ou seja, ainda eram vizinhos de Francisco Eugênio.

Carlos Joaquim Máximo Pereira outro comerciante mineiro, da vila de São José, também vizinho de Francisco Eugênio, estava estabelecido à Rua Direita, 123 e à Rua São Clemente, 80F, em Botafogo<sup>15</sup>. Carlos Joaquim foi sócio da casa “José Bernardino e Máximo Pereira”<sup>16</sup>.

---

<sup>12</sup> Documentação Particular de Gervásio Pereira Alvim. Almanak Laemmert, 1853-1880; Seções: Casas de Comissões e enfardamentos e Negociantes Nacionais.

<sup>13</sup> Arquivo Nacional, Fundo Junta Comercial do Rio de Janeiro, Registro de Sociedades Comerciais: Livro 649, Registro 11587, Galeria 6: Registro do Contrato Social da firma Eugênio de Azevedo e Cia., estabelecidos à Rua do Rosário, número 81.

<sup>14</sup> Almanak Laemmert, 1860-1865; Seções: Armazéns e lojas de diversas miudezas, quinquilharias e etc. e Negociantes Nacionais.

<sup>15</sup> Arquivo Nacional, Inventário *post-mortem*: Carlos Joaquim Máximo Pereira (inventariado); Procedência: Juízo dos Órfãos, 1ª Vara; Notação: 830; Caixa 4066; Ano: 1869. Almanak Laemmert, 1849-1868; Seções: Negociantes Nacionais e Lojas de Fazendas Secas de todas as qualidades, de seda, lã, algodão e linho, francesas, inglesas e alemãs.

<sup>16</sup> Almanak Laemmert, 1853-1855; Seções: Lojas de Fazendas Secas de todas as qualidades, de seda, lã, algodão e linho, francesas, inglesas e alemãs.

Os comerciantes Sabino de Almeida Magalhães e Manoel Gomes de Castro, firmados em São João del Rei, foram outros contatos do fazendeiro e comerciante Gervásio. Junto com o comendador Custódio de Almeida Magalhães, eles faziam parte do corpo de negociantes de grosso trato de São João del Rei na segunda metade do oitocentos<sup>17</sup>.

Cabe dizer que Manoel Gomes de Castro foi sócio majoritário da casa mercantil carioca “Antônio Gomes de Castro e Irmão”<sup>18</sup>, com a qual Gervásio também mercava.

De outros nomes mencionados no quadro 1, no entanto, possuímos raras informações. De algumas mensagens, temos somente o conteúdo de suas cartas e/ou recibos. E, para a tristeza do historiador, o conteúdo é ainda “pobre”. Incluem nestes casos, as casas “Castro e Azevedo”, “Pedro Guimarães”, “Guimarães e Gonçalves”, “Gonçalo José de Sampaio” e “Andrade e Resende”. Os outros nomes, “Vicente Ferreira de Paiva e Cia.” e “Joaquim Manoel Alves de Araújo”, a partir de cruzamentos de cartas e recibos conseguimos traçar os negócios entre eles e Gervásio.

Podemos observar que o fazendeiro e comerciante Gervásio fez parte do comércio interprovincial. Este comércio era restrito a poucos homens, uma vez que a viagem despendia tempo, gerava despesas consideráveis e o comerciante, quando pouco conhecido, não gozaria do mesmo crédito que em sua região de origem<sup>19</sup>. Isto aliado ao fato de no comércio de São João del Rei, vizinhança da vila de São José e importante entreposto comercial, já nos anos de 1818 e 1819, encontrarem-se quase todos os produtos e artigos vindos do Rio de Janeiro<sup>20</sup>, o contato direto com a praça carioca, além de evitar o atravessador, era também uma questão de *status* social e econômico.

Vale lembrar que no comércio entre praças distantes, a presença de familiares e amigos era fundamental para o bom desenvolvimento das atividades. Em economias como a do Brasil imperial, marcada pela escravidão como principal força de trabalho, pela pouca opção de negócios e baixa circulação de mercadorias e moedas, as transações mercantis se tornaram instáveis, com fortes oscilações e coordenadas pelos vínculos pessoais<sup>21</sup>. Nesse sentido, a família se tornou importante instrumento de inserção nas redes de negócios. A

---

<sup>17</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.

<sup>18</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Testamento: Manoel Gomes de Castro, 1865, caixa 24, São João del Rei.

<sup>19</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1974, p. 111.

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> FRAGOSO, João L. R. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; CHAVES, Cláudia M. G. **Perfeitos negociantes: mercados das Minas setecentistas**. São Paulo: Annablume, 1999.



família na base de sustentação e identificação dos sujeitos históricos foi, com sua capacidade de criar vínculos e redes de clientelas, transformada em uma rede de exercício social e econômica que favoreceu o contato entre os homens.

Até mesmo na capital do Império, onde estava instalado um Tribunal do Comércio, as relações mercantis eram baseadas no conhecimento dos sujeitos, tanto de sua fama e credibilidade, quando de seus familiares e bens. Este conhecimento era fundamental para a dinâmica das relações e do crédito.

### **3. O comércio entre Minas e a Corte**

Devido à extensão do artigo, daremos preferência para análise das relações entre os comerciantes Francisco Eugênio de Azevedo, Manoel Gomes de Castro e Joaquim Manoel Alves de Araújo e Gervásio Pereira Alvim. O recorte se justifica por ter sido o primeiro o principal representante e intermediário do fazendeiro e comerciante na Corte. O segundo por ter processado Gervásio na década de 1860 e o último por se tratar do comércio de gado.

#### **3.1 As relações entre Francisco Eugênio de Azevedo e Gervásio Pereira Alvim**

O negociante de grosso trato Francisco Eugênio de Azevedo foi o principal representante e intermediário comercial de Gervásio Pereira Alvim na praça carioca. Era em sua casa que muitos pagamentos eram realizados em conta e crédito do fazendeiro e comerciante mineiro. Em 5 de março de 1860, Francisco Eugênio de Azevedo escreveu a Gervásio para noticiar que “*em 29 do corrente*” sua casa mercantil, “Francisco Eugênio de Azevedo e Sobrinho”, havia recebido “*por ordem e conta do senhor Felipe José Pereira*” e entregue “*pelo senhor Antônio Francisco Cardoso*”, oitocentos mil réis (800\$000) para serem creditados em conta de Gervásio Pereira Alvim<sup>22</sup>. Junto com a carta, o autor também lhe enviou uma cópia do recibo da transação<sup>23</sup>.

Além de receber, o negociante também estava encarregado de fazer alguns acertos em nome do sobrinho. Assim, com o capital em caixa, Francisco Eugênio iniciou alguns acertos para o sobrinho. Em 21 de março de 1860, ele entregou cem mil réis (100\$000) a “Vicente

---

<sup>22</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo e Sobrinho, 05 de março de 1860, Rio de Janeiro.

<sup>23</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo da casa mercantil Francisco Eugênio de Azevedo e Sobrinho, 29 de fevereiro de 1860, Rio de Janeiro.

Ferreira de Paiva e Cia.” em nome de Gervásio<sup>24</sup>. Alguns dias depois, em 26 de março, entregou quarenta mil réis (40\$000) a casa de Carlos Joaquim Máximo Pereira<sup>25</sup>, acertou com “Salles e Machado” a quantia de quatrocentos e um mil oitocentos e setenta e um réis (401\$871)<sup>26</sup> e fechou com o pagamento de oitocentos e cinco mil oitocentos e sessenta e sete réis (805\$867) a casa “José Esteves e Botelho Sobrinho”<sup>27</sup>.

Muito provavelmente Gervásio possuía mais capital depositado em conta na casa do tio para efetuar todos estes pagamentos. Só o crédito da casa “José Esteves e Botelho Sobrinho” era superior à quantia recebida por Francisco Eugênio e na documentação não há referência ao envio de mais dinheiro para a Corte. Ainda mais que, como nos permite observar a documentação privada, o capital somente saía de Minas quando algum familiar ia diretamente à cidade ou quando algum dos comerciantes viajava para Minas.

Enfim, a quitação de prestações era realizada através de ordens de repasse de pagamentos. Isto é, Gervásio escrevia a algum devedor para que este acertasse com seu tio Francisco Eugênio ou com seu primo Antônio Candido de Resende, que também atuou de intermediário, e estes em posse do capital faziam os acertos ordenados pelo fazendeiro.

Além dos encargos de receber e pagar em nome de Gervásio, Francisco Eugênio também cuidava dos pedidos e envio das cargas para Minas. Na carta do dia 17 de março de 1856, o negociante informava sobre o recebimento do pedido e o encaminhamento das cargas para o sobrinho. Ele também cuidava de informar sobre o carroto e envio de gêneros de outras casas mercantis com as quais Gervásio mercava. Vejamos a carta:

Estamos de posse de seu favor de 9 do p. passado, e do seu conteúdo cientes, junto achará nossa conta dos gêneros que nos pede (...) Estas cargas seguem amanhã para S. João de El-Rei a entregar ao senhor Miguel José Maciel para lhe remeter, assim como as que na sua nos pede para irem juntas com as mesmas de casa de Serzedello e Machado, de casa de Loureiro Botelho e Castro e Cia. e junto irá o recibo das ditas cargas<sup>28</sup>.

---

<sup>24</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo da casa mercantil Vicente Ferreira de Paiva e Cia., 21 de março de 1860, Rio de Janeiro.

<sup>25</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo da casa mercantil Carlos Joaquim Máximo Pereira, 26 de março de 1860, Rio de Janeiro.

<sup>26</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo da casa mercantil Salles e Machado, 26 de março de 1860, Rio de Janeiro.

<sup>27</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo da casa mercantil José Esteves e Botelho Sobrinho, 26 de março de 1860, Rio de Janeiro.

<sup>28</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo e Cia., 17 de março de 1856, Rio de Janeiro.

Pela carta acima, podemos perceber que Gervásio também era “freguês” da casa comercial do tio.

As relações entre Francisco Eugênio e Gervásio eram ainda permeadas pela lógica patriarcal. Mesmo atuando de intermediário do sobrinho, Francisco Eugênio mantinha ainda relação de autoridade sobre o fazendeiro. Quando, na década de 1860, Gervásio passava por percalços financeiros e, então, parecia estar descapitalizado, Francisco Eugênio escreveu o repreendendo pelos sucessivos atrasos e o ensinando como proceder nestes casos. Segundo Francisco Eugênio:

**Tendo escrito por vezes, e nenhuma resposta tenho tido, a respeito de tuas letras firmadas aqui, e apenas tenho recebido poucas quantias para teu pagamento, pois muito mais tem sido, por que os seus credores estão zangados e com razão, pois você tem deixado de cumprir em tempo com seu dever, e isso não é bom, portanto faça todo o possível para mandar quanto antes dinheiro para esse pagamento, que do contrário dizem eles que lá mandam fazer a cobrança, e então tudo estará vencido, e há de sofrer este desgosto e seja franco peça a teu tio o Senhor Vigário e seu sogro para acudir e valer no arranjo do dinheiro; e não há tempo a perder para esse arranjo com dinheiro; eu tenho pedido a teus credores que tenham paciência de esperar, que você está se esforçando para fazer a remessa de dinheiro, mas você tem abusado tanto, quer os homens repentinamente mandam fazer a cobrança, e isso será para você muito desairoso: portanto espero quanto antes mandará o dinheiro que falta para o pagamento da letra.<sup>29</sup> (grifos meus)**

A carta acima ressalta a autoridade paternalista<sup>30</sup> de Francisco Eugênio sobre Gervásio e a importância desse vínculo na dinâmica mercantil. Francisco Eugênio intermediava os negócios de Gervásio com outros negociantes cariocas e lhes pedia mais tempo para que o sobrinho arrumasse o dinheiro. Fica claro na missiva a preocupação de Francisco Eugênio com as finanças do sobrinho na praça mercantil carioca e o temor de uma cobrança súbita na casa de Gervásio, que acarretaria um desgosto social muito deselegante, com perda da credibilidade, que poderia afetar a outros membros da família. Podemos observar também a importância econômica e social de dois membros da família residente no distrito da Lage,

---

<sup>29</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo, em 17 de dezembro de 1862, Rio de Janeiro.

<sup>30</sup> Sobretudo se considerarmos como patriarcalismo, em suma, um conjunto de valores e práticas que coloca no centro da ação social a família. Ver: FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: José Olympio Editor, 25<sup>a</sup>. Edição, 1987 e BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Annablume, 2007.

termo da vila de São José, comarca do Rio das Mortes, como os responsáveis pela perpetuação social e econômica da família, no caso o padre Joaquim Carlos de Resende Alvim e o tenente coronel Francisco de Assis Resende Alvim. Ao que tudo indica, os dois parecem ter sido os filhos do capitão-mor Gervásio Pereira Alvim que mais se aproximaram tanto em riqueza material quanto em prestígio social, econômico e político do pai, avô de nosso personagem. Embora as fortunas deles não fossem compatíveis com a do capitão-mor, os dois exibiram fortunas consideráveis para o período.

Sustentados nas afirmações de Alcir Lenharo<sup>31</sup> que defendeu a presença dos laços de parentesco na estruturação dos negócios, sobretudo como ponto de apoio para se firmar na praça comercial, percebemos as relações de Gervásio Pereira Alvim com seu tio Francisco Eugênio de Azevedo. De acordo com Lenharo, o laço de parentesco foi um dos recursos utilizados pelos comerciantes do Sul de Minas na estruturação de suas redes de negócios:

via de regra, o parentesco servia como ponto de apoio para se firmar na praça comercial; pode-se encontrar uma diversidade de casos em que o parente constituía-se na fonte fornecedora dos gêneros de abastecimento<sup>32</sup>.

Assim, pensamos a relação de Gervásio Pereira Alvim e sua família, sobretudo com Francisco Eugênio. Os vínculos familiares eram incrementados com as relações comerciais. Embora saibamos com grande probabilidade que Gervásio não foi o único sócio do tio, é importante observar que ele participou de alguns negócios com ele, atuando, principalmente, no abastecimento.

### **3.2 Década de 1860: os problemas financeiros**

A década de 1860 foi de turbulência para nosso personagem. Não sabemos bem os motivos que o levaram ao desequilíbrio financeiro, mas o período é marcado pelos percalços. Pela documentação, podemos sentir as dificuldades sofridas por Gervásio. A carta de Francisco Eugênio exposta acima, revela suas dificuldades nos acertos de negócios na praça carioca, as “promissórias” da casa de Francisco Carlos de Magalhães no valor total de quatro contos quatrocentos e dois mil e oito réis (4:402\$008) dividido em três pagamentos de um

---

<sup>31</sup> LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979.

<sup>32</sup> Idem, p.47.

conto quatrocentos e sessenta e sete mil trezentos e trinta e seis réis (1:467\$336)<sup>33</sup> expõe uma necessidade de dispor de alto valor em dinheiro e o processo movido por Manoel Gomes de Castro contra Gervásio.

Gervásio Pereira Alvim relacionou-se com Manoel Gomes de Castro durante as décadas de 1850 e 1860. Na documentação privada de Gervásio observamos significativos débitos em favor de Manoel Gomes de Castro e, a partir de 1858, teve início a fase de problemas financeiros entre os dois. Em 1858, Manoel Gomes de Castro solicitou de Gervásio o pagamento de um crédito do valor de principal e prêmios dois contos, três mil e oitocentos e dez réis (2:003\$810). Segundo Manoel Gomes de Castro, ele precisava do dinheiro para quitar uma dívida com a testamentaria de Francisco José Dias que era do valor de vinte contos. Em outra carta, de 1862, Manoel Gomes de Castro solicitou de Gervásio o pagamento do crédito em dinheiro e o alertou sobre o vencimento do crédito e pagamento de prêmios. Nessa carta, podemos observar que os negócios entre eles não estavam bons, Gervásio estava passando por um período de descontrole financeiro. De acordo com a carta de Manoel Gomes de Castro:

Já por vezes lhe fiz ver que não preciso dos escravos, e lhe disse que Vossa Senhoria podia vendê-los entregando-me o importe dos mesmos, pois que **eu preciso do dinheiro para arranjos que tenho a fazer**, e portanto uma vez que quer dispor deles já há muito tempo os devia ter vendido, e entregar-me a importância deles, pois que **Vossa Senhoria bem sabe que quanto mais tempo correr mais prêmio vence, e portanto mais difícil se ter no pagamento, além disso Vossa Senhoria me ofereceu ultimamente outra qualquer quantia para eu lhe dar mais alguma espera, ao que eu lhe respondi que sim uma vez que o senhor vigário abonasse o novo crédito que Vossa Senhoria devia passar em substituição da escritura**, mas nada disto Vossa Senhoria arranjou, e nem tão pouco me declarou qual era a nova quantia que oferecia (...) **Espero que vá mandando algumas quantias por conta de seu débito afim de o ir (?) pois bem sabe que não é possível esperar indefinidamente sem que vá dando dinheiro por conta.**<sup>34</sup> (grifos meus)

A carta revela os percalços financeiros crescentes de Gervásio Pereira Alvim na década de 1860, principalmente com a casa comercial de Manoel Gomes de Castro. Em 18 de julho de 1863, Manoel Gomes de Castro e Maria Josefa da Conceição demandaram no Juízo da Vila de São José uma Ação de Dez Dias contra Gervásio Pereira Alvim. Segundo os

---

<sup>33</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Promissórias (Recibos) da casa mercantil de Francisco Carlos de Magalhães, 24 de fevereiro de 1860.

<sup>34</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim. Carta enviada por Manoel Gomes de Castro, em 5 de janeiro de 1862, São João del Rei.

autores, o nosso personagem era devedor de cinco contos trezentos e setenta e nove mil e sessenta e quatro réis de principal e prêmio, tudo constante da Escritura de Dívida, Obrigação e Hipoteca. Segundo a petição dos autores, eles solicitavam o comparecimento do réu em Juízo uma vez que o mesmo não estava cumprindo com as obrigações e nem compareceu na tentativa de conciliação<sup>35</sup>. Porém, o ápice dos problemas econômicos de Gervásio ocorreu quando Manoel Gomes de Castro faleceu, em 1865, e seu filho Custódio de Castro Moreira demandou o pagamento da dívida para proceder ao inventário do pai<sup>36</sup>. Gervásio Pereira Alvim foi obrigado a pagar a dívida e, em um acordo entre as partes, ficou combinado o pagamento de dois contos e duzentos mil réis (2:200\$000), quantia dividida em quatro parcelas de quinhentos e cinquenta mil réis (550\$000) anuais, durante quatro anos<sup>37</sup>. Gervásio Pereira Alvim quitou a dívida, principal e prêmio, em 23 de julho de 1879. Não conseguimos ainda calcular o impacto dessa execução na vida financeira de Gervásio, pensamos que ela tenha causado certo abalo nas suas finanças, afinal o débito era considerável e o pagamento foi efetuado em parcelas. Porém, acreditamos que ele conseguiu superar os problemas ao contrário do pai, que não teve a mesma sorte e/ou sucesso no mundo dos negócios, pois ele continuou com suas atividades mercantis com a praça carioca até por volta de 1880.

O pai de Gervásio, o capitão Gervásio Pereira do Carmo foi infeliz nos negócios e faliu. Segundo uma nota no jornal local Astro de Minas de 05 de março de 1835, os bens do capitão Gervásio do Carmo estavam em pregões para serem arrematados na praça do Juízo Municipal da Vila de São José. De acordo com a pequena nota:

os credores do falido capitão Gervásio Pereira do Carmo Alvim fazem público, que na praça do Juízo Municipal da Villa de São José se achão em pregões para serem arrematados todos os escravos, casas, gado vacum e cavallar, e mais trastes do dito capitão Gervásio. Quem quiser, se dirija dentro do tempo do costume a aquela Praça, S. José d'El Rei 5 de março de 1835.<sup>38</sup>

Não sabemos ao certo as causas da falência do capitão Gervásio Pereira do Carmo e tampouco o impacto dessa na vida do nosso personagem. Embora no mercado coubesse toda a sorte de fortunas, desde os comerciantes de grosso trato até os pequenos mercadores e negras

---

<sup>35</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico do IPHAN – II, São João del Rei: Ação de 10 Dias, 1863, Manoel Gomes de Castro e Maria Josefa da Conceição contra Gervásio Pereira Alvim, São José.

<sup>36</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim. Acordo de pagamento da dívida com Custódio de Castro Moreira, em 12 de setembro de 1868, São João del Rei.

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> Universidade Federal de São João del Rei, Biblioteca do Campus Dom Bosco: Jornal Astro de Minas, nº 1138, data 05/03/1835, p. 4, Microfilme – rolo 20.

do tabuleiro, a permanência nele demandava certo grau de riqueza<sup>39</sup>. A diversificação das atividades mercantis era essencial na economia pré-capitalista para a manutenção da riqueza e a especialização ocorreu somente na base da pirâmide mercantil<sup>40</sup>. Segundo Braudel, “*tornar-se e sobretudo ser negociante é ter, não o direito, mas a obrigação de lidar, quando não com tudo, pelo menos com muitas coisas*”<sup>41</sup> (grifos meus). Assim sendo, pensamos que a falência de Gervásio Pereira do Carmo teve relação direta com a diversificação das atividades mercantis. Ou seja, pensamos que talvez Gervásio Pereira do Carmo não tivesse diversificado suas atividades e com a instabilidade dos negócios, característica de economias pré-capitalistas, ele faliu. Talvez ele não quisesse incrementar as atividades, ou talvez ele não tivesse capital econômico suficiente para tal incremento, ou ainda estivera envolvido em um negócio de alto risco que tenha saído do controle e provocado a falência do capitão. De acordo com João Fragoso, eram poucos os homens de negócios que permaneciam anos em exercício na praça carioca e que o grupo formado por esses homens buscou sempre a diversidade econômica como garantia de permanência e riqueza, compondo, dessa forma, o topo da hierarquia mercantil<sup>42</sup>.

Voltando a carta de Manoel Gomes de Castro, ela revela outra faceta da organização sócio-econômica do Brasil imperial. Primeiramente, corroboramos o papel da família como importante instrumento de apoio não só financeiro como político. Manoel Gomes de Castro somente aceitava outro crédito de Gervásio, depois de tantos atrasos, se o tio paterno, o vigário Joaquim Carlos de Resende Alvim, o abonasse. Em outra carta, exposta acima, nessa mesma seção, o tio materno de Gervásio Pereira Alvim, Francisco Eugênio de Azevedo também mandou Gervásio procurar o apoio financeiro do tio vigário para saldar as dívidas contraídas na praça carioca. O conhecimento dos negociantes de outros membros, que podem servir de abonador, era importante para o desenvolvimento das atividades mercantis. Em segundo lugar, a carta revela a respeito do crédito e o pagamento do mesmo.

O recurso ao crédito foi um mecanismo bastante difundido nas Minas Gerais setecentista e oitocentista. De acordo com Mafalda Zemella<sup>43</sup>, a maior parte das transações comerciais dos habitantes das Minas, no século XVIII, foi feita a crédito, poucos foram os pagamentos à vista, isso por que faltava numerário circulante na região. A partir desse estudo

---

<sup>39</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. “Comércio e fronteira em Minas colonial”. IN: FURTADO, Júnia Ferreira. **Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino português**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001; FRAGOSO, 1998, Op. Cit.

<sup>40</sup> BRAUDEL, 1998, Op. Cit., pp.331-339.

<sup>41</sup> Idem, p. 334.

<sup>42</sup> FRAGOSO, 1998, Op. Cit., p. 176.

<sup>43</sup> ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec-Edusp, 2ª edição, 1990.

clássico, a historiografia tem argumentado que o recurso ao crédito era uma opção à falta de numerário circulante. No entanto, a utilização do crédito, segundo Cláudia Chaves<sup>44</sup>, seria uma estratégia necessária nos empreendimentos, independente da disponibilidade dos meios circulantes, contrariamente ao que havia afirmado grande parte da historiografia, de que o uso difundido do crédito seria originado pela pobreza e instabilidade econômica enfrentada por Minas Gerais no final do século XVIII. De acordo com Chaves, os créditos seriam estratégias defendidas pelos contemporâneos:

Era regra geral do comércio comprar e vender na primeira mão e no tempo certo. Por isso é “muito mais útil tomar dinheiro a juro para comprar a seu tempo, do que comprar fora dele nas lojas e tendas com próprio dinheiro”.<sup>45</sup>

Ou seja, a utilização do crédito seria uma forma de evitar a paralisação do capital em investimentos, era saber comprar no tempo certo. E mais, a ampla utilização do crédito, para a autora, também estaria relacionada com a credibilidade no mercado:

fazer crédito é vender a crédito, é sofrer aquele que deve, ou aquele que a que se vende, haja algum tempo a pagar. Haver crédito é poder comprar muitas mercadorias sem ser obrigado de as pagar, ou poder tirar muitas letras de câmbio, sem que a pessoa se recuse de as tomar. Haver crédito de alguém é haver muita confiança.<sup>46</sup>

Gervásio Pereira Alvim recorreu muito aos créditos, tanto na praça mercantil do Rio de Janeiro quanto na de São João del Rei. Na carta de Manoel Gomes de Castro, observamos que os atrasos de Gervásio haviam pesado demais na relação entre eles e que para a renovação do crédito seria preciso a interferência do vigário Joaquim Carlos de Resende. A credibilidade de Gervásio estava em baixa enquanto a do vigário estava em alta. Porém, observamos que na documentação de Gervásio a preocupação em saldar as dívidas era questão de honra e de manter o nome da família. Ainda mais que, a credibilidade no mercado significava a confiança no devedor, conforme o dito popular: “ter crédito na praça é ter fé”.

---

<sup>44</sup> CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Melhoramentos no Brasil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822)**. Niterói: UFF, 2001. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense.

<sup>45</sup> Idem.

<sup>46</sup> Dicionário de termos que são mais em uso no comércio *Apud* CHAVES, 2001, Op. Cit.



A carta de Manoel Gomes de Castro ainda nos mostra outro ponto interessante a respeito do crédito: a cobrança de prêmios. Segundo Braudel, o crédito, em economias pré-industriais, foi de ampla utilização:

toda a hierarquia mercantil, de cima a baixo, está no mesmo barco. Do pequeno lojista ao negociante, do artesão ao fabricante, todos vivem do crédito, isto é, da compra e venda a prazo.<sup>47</sup>

No entanto, Braudel ressalta que o crédito não era cedido sem garantias, quando maior os riscos maiores deveriam ser os lucros. Segundo Afonso de Alencastro Graça Filho, em São João del Rei, o crédito era bastante difundido entre a população, porém em pequenos valores, as quantias consideráveis eram restritas a um pequeno grupo e cobrado a juros também consideráveis. Manoel Gomes de Castro avisou a Gervásio que não é possível manter o seu crédito sem a remessa de dinheiro, *“bem sabe que não é possível esperar indefinidamente sem que vá dando dinheiro por conta.”*<sup>48</sup>

Apesar de todo o descontrole financeiro, Gervásio Pereira Alvim foi um negociante preocupado com suas finanças, com suas letras firmadas e com o mercado. Os negócios eram dotados de previsibilidade e racionalidade, buscava o equilíbrio das contas, mesmos quando ocorriam percalços econômicos. A preocupação em quitar as dívidas, e com a manutenção do nome da família, estava presente nas cartas enviadas por parentes intermediários de Gervásio em outras praças.

### 3.3 O comércio de gado

O movimento de mercadorias entre Gervásio Pereira Alvim e os negociantes da Corte era, basicamente, a descida de gado para o Rio de Janeiro e a subida de fazendas secas para as Minas.

Joaquim Manoel Alves de Araújo, velho conhecido do pai de Gervásio, o capitão Gervásio do Carmo, cuidava da comercialização do gado enviado a Corte pelo fazendeiro mineiro. O comércio era feito por consignação, sendo que, em 1853, o comerciante carioca ganhou 3% sobre o valor total da venda.

Em 6 de fevereiro de 1852, o comerciante Joaquim Manoel escreveu a Gervásio respondendo-lhe a carta de 19 próximo passado vinda com o capataz Thomas de Santana,

---

<sup>47</sup> BRAUDEL, 1998, Op. Cit., p. 339.

<sup>48</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim. Carta enviada por Manoel Gomes de Castro, em 5 de janeiro de 1862, São João del Rei.

acompanhante de 71 reses. Na missiva, o autor lhe informou que havia vendido o gado no valor unitário de vinte mil e quinhentos réis (20\$500), totalizando, então, em um conto quatrocentos e cinqüenta e cinco mil quinhentos réis (1:455\$500). Segundo o comerciante, não era possível vender os animais no valor pedido por Gervásio por eles não serem gordos “tanto que foi para o pasto” e também não servia para o corte<sup>49</sup>. Dessa forma, Joaquim Manoel procurou justificar o preço da venda.

Segundo Alcir Lenharo, este sistema de consignação era muito comum entre os fazendeiros mineiros e os comerciantes cariocas, sendo que os primeiros sofriam muito com as artimanhas dos segundo. De acordo com Lenharo, o produtor devia entregar seus gêneros ao comerciante, sem que os preços fossem estipulados e aguardasse pela comercialização dos mesmos para poder, então, acertar o pagamento de seus produtos. No entanto, no meio do caminho, a falta de preço estabelecido e/ou a liberdade de comercialização favoreciam o comerciante, pois ele poderia muito bem manipular a venda e o preço arbitrariamente, alegando desequilíbrios do mercado, diminuição da procura ou perecibilidade da mercadoria<sup>50</sup>. Pode ser que no caso de Gervásio, o comerciante Joaquim Manoel tenha sido “honesto” com a venda e o repasse de capital para o fazendeiro, pois a viagem de Minas para o Rio era bastante longa e desgastante para os animais, e, assim, tenha feito o melhor que pôde. Daí, Gervásio mandar-lhe mais animais para a venda.

No ano seguinte, em 3 de março, o mesmo Thomas de Santana acompanhou nova remessa de gado de Gervásio para Joaquim Manoel. Desta vez, o capataz levava 65 reses. Na carta respondida ao comerciante mineiro, Joaquim Manoel informava que havia vendido o gado, porém, não noticiou o valor conseguido nas fazendas<sup>51</sup>.

Embora a tropa tenha chegado em 3 de março, somente no dia 29 do mesmo mês que o comerciante lançou a “conta de venda” das 65 reses consignadas a ele por Gervásio. Provavelmente, os animais estavam no pasto se recuperando da longa viagem e esperando o comprador ir buscá-los.

Pela “conta de venda”, percebemos que o gado foi melhor comercializado que a remessa do ano anterior. Neste ano, o comerciante carioca vendeu 61 animais a um único comprador, que infelizmente não conseguimos identificar o nome, que pagou o total de um conto quatrocentos e três mil réis (1:403\$000) e os outros quatro a diversos compradores no

---

<sup>49</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Joaquim Manoel Alves de Araújo, 6 de fevereiro de 1852, Rio de Janeiro.

<sup>50</sup> LENHARO, 1979, Op. Cit., p. 93.

<sup>51</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Joaquim Manoel Alves de Araújo, 3 de março de 1853.

valor total de cento e cinco mil réis (105\$000), totalizando, então, toda a venda em um conto quinhentos e oito mil réis (1:508\$000)<sup>52</sup>. Ora, a venda, em 1852, de 71 rezes foi de um conto quatrocentos e cinqüenta e cinco mil quinhentos réis (1:455\$500). Nesta, se fizermos uma análise do valor unitário de cada animal observamos uma maior valorização das fazendas de Gervásio. Em 1852, o gado foi vendido a vinte mil e quinhentos réis (20\$500), já em 1853, o comprador das 61 reses pagou em média vinte e três mil réis (23\$000) por cada animal e os outros compradores pagaram, em média, vinte e seis mil duzentos e cinqüenta réis (26\$250).

Na prestação das contas, podemos observar um pouco mais deste comércio. O valor total conseguido nos animais foi de um conto quinhentos e oito mil réis (1:508\$000), deste valor foi abatido cento e cinqüenta e sete mil e duzentos e quarenta réis (157\$240), distribuído da seguinte maneira: despesas com o capataz Santana, sessenta e sete mil réis (67\$000); despesas gerais, quarenta e cinco mil réis (45\$000); 3% do valor da venda ao comerciante, quarenta e cinco mil duzentos e quarenta réis (45\$240). Segundo consta a conta, o comerciante Joaquim Manoel deveria entregar a Francisco Eugênio de Azevedo a quantia de um conto trezentos e cinquenta mil setecentos e sessenta réis (1:350\$760).

Em 4 de maio de 1853, Francisco Eugênio recebeu de Joaquim Manoel Alves de Araújo a quantia de um conto cento e setenta e três mil e quatrocentos réis (1:173\$400) para ser creditado em conta de Gervásio Pereira Alvim<sup>53</sup>. Não temos certeza se este dinheiro entregue ao tio de Gervásio era referente à venda dos animais no mês de março passado. Se for, observa-se que cento e setenta e sete mil e trezentos e sessenta réis (177\$360) foram desviados do pagamento. Se não, tratou de uma nova remessa de animais para a praça carioca.

## **Conclusão**

Neste artigo procuramos apresentar a dinâmica mercantil entre a província de Minas e a Corte do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX a partir do caso Gervásio Pereira Alvim. Por meio da análise de três comerciantes com os quais nosso personagem manteve tratos mercantis, procuramos observar a atuação da família no mundo dos negócios, a dinâmica de funcionamento do crédito e o comércio de gado entre as regiões.

A partir do caso de Gervásio, podemos observar o papel da família “viabilizadora” da participação dos sujeitos no comércio entre praças distantes de suas origens geográficas. Tal

---

<sup>52</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Conta de Venda de Joaquim Manoel Alves de Araújo, 29 de março de 1853, Rio de Janeiro.

<sup>53</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo da casa mercantil Francisco Eugênio de Azevedo e Cia., 4 de maio de 1853, Rio de Janeiro.

atuação era possível pela capacitada da família em criar vínculos e redes de clientela e, através destes, era possível, então, inserir novos membros nas redes de negócios, de creditá-los frentes aos antigos comerciantes e lhes familiarizar com todos os mecanismos mercantis.

### **Bibliografia:**

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV-XVIII: Os jogos das trocas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRÜGGER, Silvia M. J. **Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Annablume, 2007.

CHAVES, Cláudia M. G. **Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas**. São Paulo: Annablume, 1999.

\_\_\_\_\_. **Melhoramentos no Brazil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822)**. Niterói: UFF, 2001. (Tese de doutorado)

FARIA, Sheila S. C. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRAGOSO, João L. R. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: José Olympio Editor, 25ª. Edição, 1987.

FURTADO, Júnia F. **Homens de negócios: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas**. São Paulo: Hucitec, 1999.

GRAÇA FILHO, Afonso A. **A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **Bancos, economia e poder no segundo reinado: o caso da sociedade bancária Mauá, McGregor & Companhia (1854-1866)**. São Paulo: USP, 1997. (Tese de doutorado).

MATTOSO, Kátia M. Q. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)**. São Paulo: Símbolo, 1979.

PETRONE, Maria Thereza S. **O barão de Iguape: um empresário da época da Independência**. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

RESTITUTTI, Cristiano C. “A circulação entre Rio de Janeiro e o Sul de Minas, c. 1800-1830”. IN: **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu: 2008.

TEIXEIRA, Maria Lúcia R. Chaves. **Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes: o distrito da Lage e o quarteirão do Mosquito**. São Paulo: Annablume, 2006.

TEIXEIRA, Paula Chaves. **Negócios entre mineiros e cariocas: família, estratégias e redes mercantis no caso Gervásio Pereira Alvim (1850-1880)**. Niterói: UFF, 2009. (Dissertação de mestrado).

VENÂNCIO, Renato P. “Comércio e fronteira em Minas colonial”. IN: FURTADO, Júnia Ferreira. **Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino português**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec-Edusp, 2ª edição, 1990.